

Curso de atualização em pré-natal de risco habitual para enfermeiros no contexto da atenção primária à saúde

Continuing education course on low-risk prenatal care for nurses in the context of primary health care

Ediane Bergamin Testa¹

Denise Antunes de Azambuja Zocche²

Michelle Kuntz Durand³

Clarissa Bohrer da Silva⁴

Dirce Stein Backes⁵

Carine Vendruscolo⁶

¹ Enfermeira na Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, Coordenadora Regional de Atenção Primária à Saúde da Região de Saúde Oeste; mestre em Enfermagem. Chapecó, Santa Catarina, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-9120-3898>

² Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina; doutora em Enfermagem. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-4754-8439>

³ Professora da Universidade Federal de Santa Catarina; doutora em Enfermagem. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-3660-6859>

⁴ Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina; doutora em Enfermagem. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-1254-019X>

⁵ Professora da Universidade Franciscana; doutora em Enfermagem. Santa Maria, Rio grande do Sul, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-9447-1126>

⁶ Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina; doutora em Enfermagem. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-5163-4789>

Recebido em 15 de outubro de 2024.

Aprovado em 8 de fevereiro de 2026.

Resumo

O estudo objetivou construir e validar a matriz de um curso de atualização em pré-natal de risco habitual para enfermeiros. Pesquisa metodológica em três fases: exploratória, construção e validação do curso. A matriz de design instrucional organiza o curso em módulos, unidades, conteúdos e carga horária. A Coordenação Estadual da Rede Cegonha e da Saúde da Mulher validou a matriz do curso. O conteúdo foi eleito a partir de questionário aplicado com 124 enfermeiros da atenção primária à saúde e validado por profissionais *experts* na área, com índice de 0.99. O curso é híbrido, com 50 horas, sendo 34 remotas e 16 presenciais. Os princípios das políticas de saúde para atenção obstétrica e aprendizagem significativa estão presentes no curso, reforçando o papel dos enfermeiros que atuam na atenção primária.

Palavras-chave: enfermagem; cuidado pré-natal; atenção primária à saúde; cursos; educação profissional em saúde pública.

Introdução

No Brasil, a atenção primária à saúde (APS) é a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo coordenadora do cuidado e ordenadora das ações e serviços disponibilizados na rede. Para sua operacionalização, o Ministério da Saúde (MS) dispõe da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), que compreende um conjunto de ações de saúde individual, familiar e coletiva (Brasil, 2017).

Nesse sentido, é necessário que a APS, por meio do trabalho em equipe, fortaleça ações que valorizem e preconizem a promoção da saúde – no caso aqui abordado, das mulheres e crianças. Assim, pode-se dizer que na equipe de Saúde da Família o enfermeiro tem um papel importante, pois é o profissional que gerencia, organiza e presta assistência com seu conhecimento e habilidade, contribuindo para a redução de erros referentes à assistência à saúde de gestantes e recém-nascidos.

No entanto, faz-se necessário o aperfeiçoamento contínuo desse cuidado e, consequentemente, desse profissional (Silva e Andrade, 2020). Os enfermeiros têm autonomia e respaldo legal para a condução do pré-natal de risco habitual, no entanto, ainda há dificuldades e fragilidades na realização do pré-natal por esses profissionais. Entre os motivos está a falta de qualificação e capacitação para a execução da consulta (Sehnem *et al.*, 2020).

Sobre a necessidade de formação de profissionais da saúde, Silva *et al.* (2021) reforçam a ideia de que a metodologia híbrida se faz necessária para incorporar as tecnologias e a inovação à rotina de ensino, pesquisa, extensão e práticas do enfermeiro, que estão constantemente em transformação. Os autores destacam que essa inserção tem mais potência quando empreendida em meio a um movimento de colaboração e construção coletiva.

Assim, o presente estudo tem como objetivo construir e validar a matriz de um curso de atualização em pré-natal de risco habitual para enfermeiros da APS.

Método

Fundamentação teórica e campo de estudo

Trata-se de uma pesquisa metodológica em três fases, adaptadas de Polit e Beck (2019): exploratória, de construção e de validação da matriz do curso. O campo de estudo foi a Região de Saúde Oeste de Santa Catarina. Os participantes foram todos os enfermeiros que atuavam nas equipes de Saúde da Família dos 27 municípios que compõem a Região de Saúde, ou que estavam cadastrados na APS, conforme registros no sistema e-Gestor do MS. Os critérios de inclusão foram: ser

enfermeiro e atuar na APS dos municípios da Região de Saúde Oeste. Foram excluídos os enfermeiros afastados por férias, licença-prêmio ou licença-saúde. Ao final participaram 124 enfermeiros.

A fase exploratória se dividiu em duas etapas. Na primeira, mapearam-se temas/conteúdos, carga horária e formato do curso junto aos participantes, por meio de um questionário via Google Forms, com 30 temas, campos para indicação de temas/conteúdos, modalidade do curso (remoto, presencial ou híbrido), sugestões e comentários. O questionário foi enviado para 27 coordenadores de APS dos municípios por correio eletrônico e para os enfermeiros atuantes na APS por aplicativo WhatsApp, por meio do grupo de mensagens em que enfermeiros e coordenadores se comunicam. Para a análise dos dados do questionário, utilizou-se o programa Microsoft Excel 2016, a fim de avaliar a frequência dos temas/conteúdos sugeridos.

Na segunda etapa da fase exploratória, fez-se uma análise documental e bibliográfica, com o objetivo de identificar os conteúdos/temas e estudos brasileiros e internacionais relacionados ao pré-natal de risco habitual. Também foram identificados conteúdos/temas em *e-books*, guias, manuais e artigos científicos que contemplam informações com grau de recomendação A ou B, conforme indicação do Oxford Centre for Evidence-Based Medicine (2009).

Fase de construção da matriz do curso

Compreendeu a organização da matriz de design instrucional e a oficina para atividades práticas, sendo a matriz organizada em: módulo, unidade, conteúdo e carga horária. O ordenamento dos módulos teve como base a legislação vigente para a atenção obstétrica no pré-natal de risco habitual, as etapas da consulta de enfermagem e os temas e conteúdos sugeridos pelos participantes na fase exploratória. O planejamento dos módulos seguiu as recomendações de Filatro (2018), de modo que cada unidade de estudo incluiu, além dos itens módulo e unidade, objetivos de aprendizagem, papéis, atividades, duração, modalidade, conteúdos, ferramentas, avaliação e referências bibliográficas, organizados conforme o Quadro 1.

Quadro 1. Planejamento dos módulos

Módulo	
Unidade	
Objetivos de aprendizagem	
Papéis	
Atividades	
Duração	
Modalidade	

Conteúdos	
Ferramentas	
Avaliação	
Referências bibliográficas	

Fonte: Filatro, 2018.

Além disso, foi elaborado um roteiro de oficina de trabalho cuja finalidade é aprimorar as habilidades para a consulta do enfermeiro, planejando e administrando o pré-natal de maneira a assistir as gestantes na sua integralidade e singularidade, com práticas seguras e humanizadas. Partindo da necessidade de trocar experiências de modo presencial, optou-se por organizar esse momento do curso no formato de oficina. Assim, utilizou-se o conceito de oficina de Anastasiou e Alves (2015), que compreende um espaço de “ensinagem”, também chamado de laboratório ou *workshop*, que deve ser facilitado por um profissional especialista que disponha de um espaço de aprendizagem favorável à (re)construção do conhecimento e à materialização da produção dos participantes.

O roteiro de criação de oficina seguiu o modelo proposto por Nascimento e Baduy (2021), em que a oficina promove a inventividade na prática cotidiana do trabalho em saúde, prevendo momentos de interação e troca de saberes. Oficinas são espaços potentes de debate coletivo e planejamento de ações, com produção de resultados nos processos de trabalho e de ensino em saúde (Brasil, 2018).

Neste estudo, optou-se por conduzir a etapa remota por meio de atividades assíncronas no Moodle, ambiente virtual de aprendizagem (AVA) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Para a organização dos módulos na plataforma, foram definidos objetivos educacionais com apoio da taxonomia de Bloom, que busca garantir a aquisição de competências, conhecimentos e habilidades no processo educativo por meio do desenvolvimento dos domínios cognitivo, afetivo e psicomotor (Filatro, 2018).

Fase de validação da matriz do curso

Na terceira fase, ocorreu a validação da matriz do curso pela Coordenação Estadual da Rede Cegonha e de Saúde da Mulher, via formulário Google Forms, sendo que todos os profissionais que atuavam nessas coordenações realizaram a avaliação, totalizando seis juízes. Os participantes foram contactados através de correio eletrônico a fim de validar o conteúdo do curso. Para tanto, utilizou-se o índice de validação de conteúdo (IVC). As questões foram pontuadas de acordo com uma escala Likert, considerando o grau de importância do conteúdo da tecnologia, no qual 1 significava “não é importante”, 2 “em partes” e 3 “é importante”. Para aprovação, os itens deveriam apresentar IVC maior ou igual a 0,90. Os itens com IVC inferior a 0,90 foram readequados conforme sugestão dos avaliadores. Os dados foram ana-

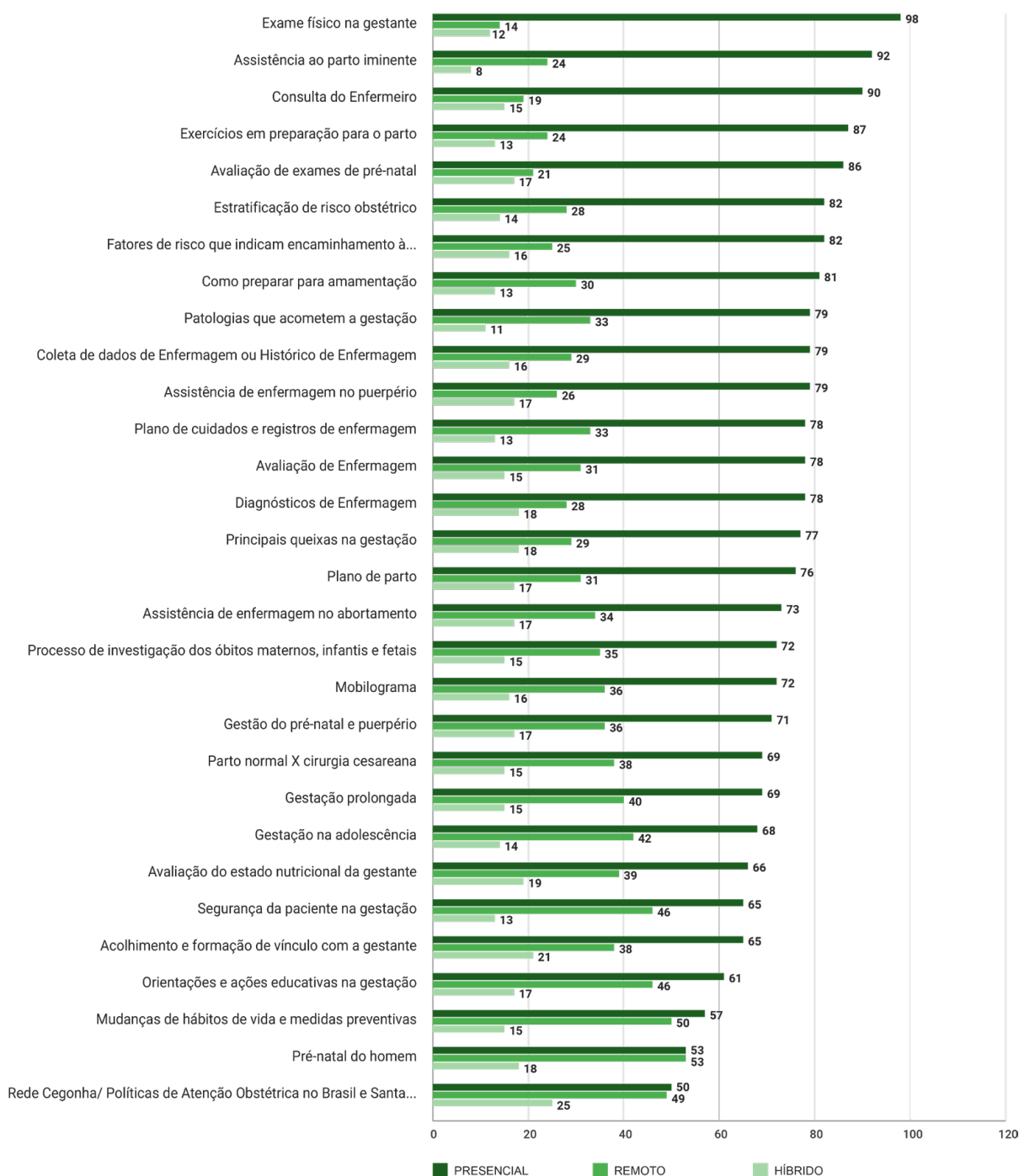
lisados por estatística descritiva, frequência absoluta e percentual e de medidas de centralidade (média), calculando, por fim, o IVC para cada requisito. Para a análise dos dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011), que se estende em três etapas distintas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados; inferência; e interpretação. Após a validação do conteúdo, ele foi organizado em seis módulos, a fim de garantir sequência entre os conteúdos.

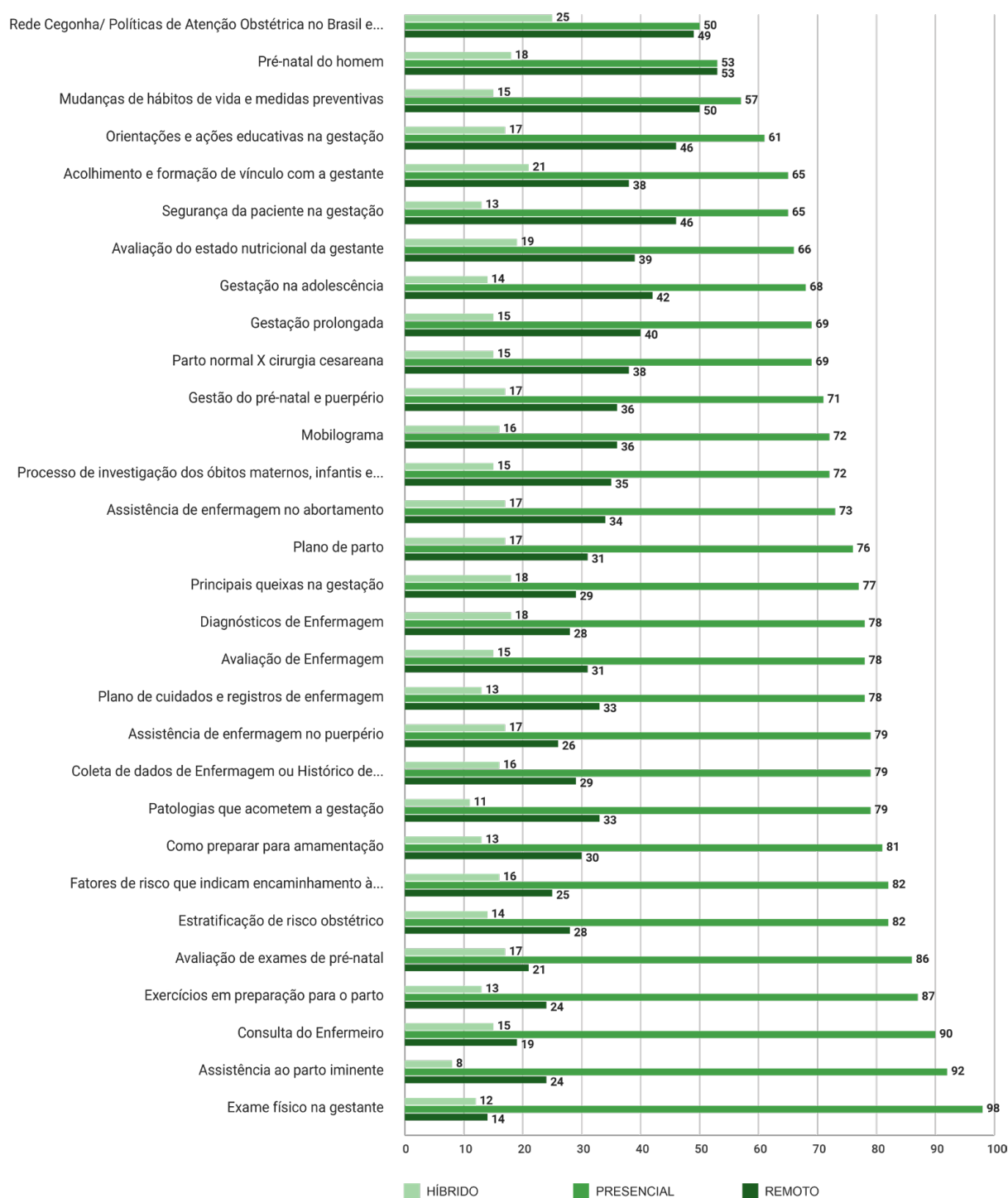
Aspectos éticos

Esta pesquisa faz parte de um macroprojeto intitulado “Desenvolvimento de tecnologias para a implantação e implementação da sistematização da assistência de enfermagem”, aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Santa Catarina (UDESC), CAEE 42861120.8.0000.0118, número do parecer 4.689.980, em 4 de maio de 2021.

Resultados e discussão

O curso foi organizado em seis módulos, com 16 unidades de estudo, a partir das quais foram definidas que atividades seriam necessárias para atingir os objetivos de aprendizagem estabelecidos para cada unidade, e quais conteúdos e ferramentas seriam utilizados para a execução das atividades. A análise da fase exploratória revelou os conteúdos, a modalidade e a carga horária para a realização do curso – conduzido em formato híbrido com 50 horas, sendo 34 remotas e 16 presenciais (Figura 1).

Figura 1. Conteúdo e modalidade escolhida pelos participantes



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

Os temas mais sugeridos para serem trabalhados presencialmente foram aqueles que envolvem a consulta do enfermeiro: exame físico na gestante, assistência ao parto iminente, coleta de dados ou histórico de enfermagem, exercícios de preparação para o parto, avaliação de exames do pré-natal, estratificação de risco obstétrico e fatores de risco que indicam encaminhamento à urgência e emergência obstétrica.

Tais indicações reforçam a importância do papel do enfermeiro na APS e na consulta de enfermagem como estratégia de qualificação da assistência e melhoria dos indicadores de saúde materno e infantil (Brasil, 2017).

A consulta de enfermagem é uma estratégia importante para o monitoramento da saúde da mulher e do feto, sendo fundamental o desenvolvimento de atividades de educação em saúde que possibilitem a aquisição e a formação de novos conhecimentos acerca da gestação, do trabalho de parto, do parto e do puerpério (Brasil, 2022).

A consulta de enfermagem é uma estratégia importante para o monitoramento da saúde da mulher e do feto, sendo fundamental o desenvolvimento de atividades de educação em saúde

A matriz do curso tem, no primeiro módulo, carga horária de 6 horas e 40 minutos (sendo 4 horas e 20 minutos remotas e duas horas e 20 minutos de oficina presencial). Nesse módulo são abordadas questões gerais, como política para gestantes e parturientes, gestão do pré-natal, direitos na gestação, segurança da paciente e comitês de prevenção dos óbitos maternos, infantis e fetais. Por tratar da importância do pré-natal e da sensibilização acerca de uma gestão eficiente, o módulo poderá ser ofertado para toda a equipe multiprofissional, visto que todos os profissionais são corresponsáveis pelo cuidado pré-natal.

O segundo módulo abrange um total de 17 horas e 30 minutos (5 horas de oficina presencial e 12 horas e 30 minutos remotas). Aborda a primeira etapa da consulta e a coleta de dados ou o histórico de enfermagem, estando inseridos os seguintes assuntos: acolhimento da gestante, família e formação de vínculo, coleta de dados contemplando um roteiro de primeira consulta e de consultas subsequentes, exame físico na gestante e procedimentos relacionados, diagnóstico nutricional e vacinação na gestação, exames de rotina e queixas na gestação, mudanças de hábitos de vida, saúde bucal e

estratificação de risco gestacional.

O terceiro módulo trata dos diagnósticos de enfermagem no período gravídico puerperal, no qual serão revistas as bases do raciocínio clínico para o uso dos sistemas de linguagem padronizadas na enfermagem e os registros nos sistemas de informação. Para o estudo desse módulo, foram destinadas três horas de estudos remotos e uma de oficina presencial.

No quarto módulo o enfermeiro poderá atualizar seus conhecimentos através da construção do plano de cuidados de enfermagem, revendo as intercorrências clínicas e obstétricas mais frequentes, além de temas que preparam a mulher para o parto e nascimento, como plano de parto e a preparação para a amamentação. Nesse módulo serão 11 horas de estudo, sendo três de etapa presencial.

O quinto módulo trata da avaliação de enfermagem, mediante o retorno da usuária para seguimento do cuidado, momento em que serão analisados os resultados do plano de cuidados propostos, bem como a atualização dos diagnósticos a partir das novas necessidades relatadas pela gestante. Para esse módulo foram destinadas três horas de estudos, sendo duas para a oficina presencial.

Já o sexto módulo trata de abordagens específicas, como gestação na adolescência e gestação prolongada, assistência de enfermagem no abortamento, no parto, no puerpério e ao recém-nascido, perda e luto gestacional e rastreamento precoce da depressão puerperal. Esse módulo contempla seis horas de estudo, duas delas na oficina.

Com a matriz instrucional finalizada, houve a validação por juízes, todos atuantes na Coordenação Estadual da então Rede Cegonha e da Coordenação de Saúde da Mulher da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina. O IVC final atingiu 0,90. Apenas dois itens receberam sugestões diferentes do apresentado na matriz, sendo uma delas a mudança de pré-natal do parceiro para pré-natal da parceria, o que naquele momento não coincidia com o marco conceitual do Ministério da Saúde, portanto não foi aceito. A outra questão trazia o raciocínio clínico como sendo um assunto presente nas etapas da consulta de enfermagem, sugerindo que o tema não fosse estudado separadamente. Entretanto, por se observar que esta é uma das dificuldades dos enfermeiros, o assunto será tratado inicialmente de forma isolada e, posteriormente, retomado como tema transversal à consulta de enfermagem.

Quadro 2. Primeiro módulo da matriz instrucional

MÓDULO I	UNIDADE	CONTEÚDO	CARGA HORÁRIA/ MODALIDADE
Políticas públicas, aspectos legais e direitos na gestação	UNIDADE I Rede de Atenção à Saúde Materno-Infantil	Política Nacional de Humanização do Pré-Natal e Nascimento	20 min/remoto
		Rede de Atenção à Saúde da Mulher e da Criança	40 min/remoto
		Pré-natal do homem	20 min/remoto
		Aspectos legais e direitos na gestação	20 min/remoto

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

O quadro anterior, referente ao primeiro módulo da matriz instrucional demonstra como ela foi organizada em módulos, unidade, conteúdo e carga horária/modalidade do curso. Já o Quadro 3 mostra o planejamento desse módulo, que, de maneira complementar e mais detalhada, desenha o caminho que será percorrido através dos conteúdos para a construção do curso.

Quadro 3. Planejamento do módulo I

MÓDULO I Políticas públicas de atenção obstétrica no Brasil	
Unidade I	Rede de Atenção à Saúde Materno-Infantil
Objetivos de aprendizagem	Recordar a trajetória das políticas públicas de saúde no Brasil voltadas à assistência obstétrica. Reconhecer a importância de realizar o pré-natal do homem, buscando estratégias para a sua efetivação. Rever os aspectos legais e os direitos na gestação, atualizando os conhecimentos previamente adquiridos.
Papéis	Tutor: prepara material para EAD Discente: acompanha a aula assíncrona
Atividades	Aula assíncrona
Duração	1h40
Modalidade	Remoto
Conteúdos	1. Política Nacional de Humanização do Pré-Natal e Nascimento 2. Rede de Atenção à Saúde da Mulher e da Criança 3. Pré-natal do homem 4. Aspectos legais e direitos na gestação
Ferramentas	1. Aula assíncrona 2. Infográfico do pré-natal do homem 3. Materiais para leituras complementares
Avaliação	1. Questionário inicial para avaliação dos conhecimentos prévios 2. Exercício de fixação de conteúdo

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

Reitera-se que a necessidade de desenvolver o curso é mencionada em outros espaços de discussão, sendo um deles a reunião com os coordenadores de atenção primária e do Colegiado Intergestores Regional (CIR), ambos referentes à Região de Saúde Oeste.

Considerações finais

O curso reforça a importância da execução da consulta de enfermagem pelos enfermeiros, integrando-a ao acompanhamento que outros profissionais da APS realizam, com vistas a garantir à população prioritária uma assistência de qualidade e segura. Além disso, o enfermeiro apresenta um grande potencial de educação para o autocuidado, contribuindo para a melhoria da vivência do processo gravídico-puerperal pelas mulheres.

As tecnologias de informação e comunicação em saúde colaboram para que os conteúdos atualizados cheguem mais rapidamente aos profissionais para uma prática baseada em evidências, entretanto, promover espaços de discussão presenciais mantém-se necessário, pois as trocas de experiências são ricas e contribuem para um aprendizado significativo e para o desenvolvimento de habilidades motoras e de comunicação.

No decorrer do estudo, houve limitação na busca pelas legislações e evidências que permeiam o tema, visto que elas não se encontram agrupadas em um único ambiente virtual. Tal limitação contribui para que os profissionais da assistência por vezes mantenham uma prática desatualizada.

Além do curso de atualização, propõe-se como educação permanente em saúde um grupo virtual sob coordenação de um especialista na área que possa auxiliar nas dúvidas cotidianas dos profissionais envolvidos, bem como discutir novas tecnologias e evidências relacionadas ao tema a partir de novos estudos.

Financiamento

A pesquisa é resultado do desdobramento de um macroprojeto que foi financiado pelo Edital Acordo CAPES/COFEN nº 28/2019.

Referências

TASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate. Estratégias de ensinagem. In: ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate (org.). **Processos de ensinagem na universidade**: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 10. ed. Joinville: Univille, 2015. p. 74-107.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BONI, Fernanda Guarilha *et al.* Abordagem híbrida na educação permanente de profissionais de enfermagem sobre cessação do tabagismo. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 42, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/cBz7FhKtBCHr3PNq9mJ3dRS/abstract/?lang=pt>. Acesso em 28 abr. 2026.

BRASIL. Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 26 jun. 1986. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7498.htm. Acesso em: 5 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.996, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 20 ago. 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 68, 21 set. 2017. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19308123/do1-2017-09-22-portaria-n-2-436-de-21-de-setembro-de-2017-19308031. Acesso em: 28 abr. 2026.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**: o que se tem produzido para o seu fortalecimento? Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude_fortalecimento.pdf. Acesso em: 17 jun. 2022.

CENTRE FOR EVIDENCE-BASED MEDICINE. **Oxford Centre for Evidence-Based Medicine**: levels of evidence (March 2009). 2009. Disponível em: <https://www.cebm.ox.ac.uk/resources/levels-of-evidence/oxford-centre-for-evidence-based-medicine-levels-of-evidence-march-2009>. Acesso em: 22 ago. 2024.

FILATRO, Andreia. **Como preparar conteúdos para EAD**: Guia rápido para professores e especialistas em educação à distância, presencial e corporativa. 1. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

MENDES, Rosemar Barbosa *et al.* Avaliação da qualidade do pré-natal a partir das recomendações do Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 25, p. 793-804, 2020. Disponível em: scielo.br/j/csc/a/cdtVRDQYnSdzTNCGFjSZCJr/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 29 abr. 2026.

NASCIMENTO, Ananda Kenney da Cunha; BADUY, Rossana Staevie. Simulação, oficina e roda de conversa: estratégias de aprendizagem ativa na saúde. **Revista Educação em Debate**, Fortaleza, ano 43, n. 84, p. 152-167, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/educacaoemdebate/article/view/72566>. Acesso em: 29 abr. 2026.

POLIT, Denise F.; BECK, Cheryl Tatano. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: avaliação de evidências para a prática da enfermagem**. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019. ISBN: 978-85-8271-48-98.

SANTA CATARINA. Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina. Deliberação 195/CIB/2018: Aprova a definição da nova composição das Macrorregiões de Saúde de Santa Catarina para o processo de Planejamento Regional Integrado, seguindo o conceito de regionalização. Florianópolis: Governo do Estado, 2018. Disponível em: <https://www.cosemssc.org.br/wp-content/uploads/2021/08/DELIBERACAO-CIB-184-2021.pdf>. Acesso em: 21 abr 2022.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Saúde. **Sobre nós**. Escola de Saúde Pública de Santa Catarina (ESP/SC), [s. d]. Disponível em: <https://esp.saude.sc.gov.br/index.php/institucional/quem-somos>. Acesso em: 09 nov. 2023.

SEHNEM, Graciela Dutra *et al.* Consulta de pré-natal na atenção primária à saúde: fragilidades e potencialidades da intervenção de enfermeiros brasileiros. **Revista de Enfermagem Referência**, Coimbra, série V, n.1, 2020. Disponível em: https://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-02832020000100005?script=sci_arttext&pid=S0874-02832020000100005. Acesso em: 21 abr. 2022. ISSN: 2182.2883.

SILVA, Ana Alice Bueno da; ANDRADE, Claudiane. O papel do enfermeiro na assistência, educação e promoção da saúde no pré-natal. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 10, e9989109477, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i10.9477. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/9477>. Acesso em: 28 fev. 2022. ISSN: 2525-3409.

SILVA, Carla Marins *et al.* COVID-19 pandemic, emergency remote teaching and Nursing Now: challenges for nursing education. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 42, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2021.20200248>. Acesso em: 18 fev. 2022.

SILVA, Débora Alves da. Cuidado ao pré-natal segundo indicadores do programa de humanização do pré-natal e nascimento. **Revista de Enfermagem e Atenção à Saúde**, Uberaba, v. 9, n. 2, p. 111-123, 2020. Disponível em: <https://seer.ufbm.edu.br/revistaeletronica/index.php/enfer/article/view/3076>. Acesso em: 23 ago. 2024.

SOARES, Brenda Kelly P. *et al.* Impactos das tecnologias de informação e comunicação como estratégia de educação permanente em saúde para os profissionais de enfermagem. **Revista Ciência Plural**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 1–18, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/24770>. Acesso em: 8 fev. 2024.

TEIXEIRA, Elizabeth; NASCIMENTO, Marcia Helena Machado. Pesquisa Metodológica: Perspectivas operacionais e densidades participativas. *In*: TEIXEIRA, Elizabeth (org). **Desenvolvimento de Tecnologias Cuidativo-Educacionais**. Porto Alegre: Editora Moriá, 2020. v. II, p. 51-62.